

EDITORIAL

Nas metrópoles brasileiras, sobretudo a partir do último quartel do século XX, questões sociais cada vez mais complexas se expressam em suas paisagens periféricas, conformando mosaicos diversos e dinâmicos onde bases biofísicas ambientalmente sensíveis sofrem ocupações de diversas maneiras pelos que o fazem *por opção* (mercado imobiliário e mesmo gestão pública) e pela população – chamada na literatura de “socialmente vulnerável” –, que *por falta de opção* se acomoda como pode sobre córregos, áreas úmidas e vertentes acentuadas, espaços residuais na ótica da cidade dita formal.

São, no Brasil inteiro, milhões de pessoas habitando em casas apertadas nos espaços possíveis, não raro sem ventilação e iluminação adequadas, amontoadas em densidades construtivas muito altas (cada vez mais verticalizadas). Disso decorre uma indesejável sobreposição entre as esferas do público e do privado. No relato de muitos de seus moradores, o cotidiano muitas vezes fica insuportável pela falta de privacidade e de espaços livres capazes de propiciar melhores condições de habitabilidade.

Esse é, evidentemente, um quadro conhecido pelos cientistas sociais, arquitetos, urbanistas e outros especialistas que têm contribuído com reflexões e pesquisas para o entendimento do fenômeno urbano. Nesse sentido, o que têm a dizer os arquitetos-urbanistas que abordam o assunto sob a ótica da paisagem e do paisagismo? Pode-se falar em uma ‘paisagem subnormal’ de assentamentos precários? Há paisagem em áreas com prevalência de favelas?

Dada a natureza polissêmica da paisagem, observa-se que nem todos os estudiosos desse campo consideram que ela ‘exista’ em localidades onde os elementos naturais são escassos ou pouco evidentes. A construção, no tempo histórico, da ideia de paisagem bebeu na fonte das artes visuais, das correntes estéticas e das variações acerca da percepção do ‘belo’. É uma construção fortemente atrelada à história dos jardins e à ideia de contemplação.

Por outro lado, observa-se um incremento nas pesquisas de pós-graduação e artigos acadêmicos que têm considerado uma dimensão cotidiana da paisagem, tomando-a na acepção de uma totalidade que se expressa (na relação entre espaços livres e construídos, de processos sociais com sistemas biofísicos) e que é percebida numa relação ‘sujeito-sujeito’. Assim, em sua dimensão perceptiva, estaria em toda a parte – desde que de alguma forma e em algum momento a sensibilidade do humano se dispusesse a percebê-la.

Tomando a paisagem como afeto (no sentido de afecção – para o ‘bem’ ou para o ‘mal’), pode-se arriscar a considerar uma dimensão cotidiana da paisagem, aquela

que ‘pega’ o sujeito circunstancialmente em cada esquina. É possível, então, falar de paisagem banal? Ou mesmo precária? Aquela que está na cidade dita ‘formal’, mas também nas periferias urbanas, afetando os seus habitantes em seu caminhar e desafiando todos (moradores, transeuntes, técnicos, gestores públicos) a reflexões e proposições para qualificá-la?

Há cerca de 30 anos (sobretudo desde a promulgação da Constituição Federal e de leis como o Estatuto da Cidade, o qual pauta fortemente a função social da terra urbana), tem crescido nas bordas das metrópoles brasileiras uma conscientização acerca do direito à cidade, transcendendo a questão (emergente) da moradia e outras necessidades vitais e/ou imediatas, como saúde, segurança e educação. Fala-se do direito ao *habitat* e à paisagem (ainda que muitas vezes não nominada como tal) com seus espaços livres de lazer e recreação. Esse processo pode ser visto no distrito da Brasilândia, situado na borda noroeste do município de São Paulo, onde movimentos sociais e escolas públicas lutam por espaços livres públicos como parques, praças e locais cotidianos de convivência e circulação (entre outros).

O desejo e a necessidade de uma paisagem melhor qualificada estão expressos nos movimentos políticos por espaços livres nas periferias urbanas, nas lajes que se assemelham a tetos verdes, nas árvores plantadas em improváveis vertentes, nas hortas com abordagens de permacultura, nos vasos com plantas aqui e acolá, nos jardins de chuva improvisados em Áreas de Preservação Permanente (APPs), nas pracinhas construídas em mutirão e nas sacadas floridas onde as pessoas se debruçam sonhando com a transformação de seus lugares de vida.

Nesse sentido, o direito à paisagem encontra substância no direito a uma cidade mais justa e amigável para todos e se legitima no desejo manifesto nela mesma: uma paisagem com espaços livres públicos de qualidade, que não seja privilégio de poucos – mas acessível a todos.

Considerando a importância e urgência do aprofundamento desse debate, a revista **Paisagem e Ambiente** espera receber cada vez mais artigos que abordem tais assuntos, entendendo, por outro lado, que faz parte da sua missão continuar a acolher a diversidade de temáticas atinentes ao complexo e abrangente campo do Paisagismo.

Abre esta edição, na seção História, o artigo *Espelhos de si: Burle Marx a partir de suas cartas*, de Guilherme Mazza Dourado. Sob a forma de ensaio, o autor analisa a correspondência do paisagista dirigida a familiares, profissionais, instituições e personalidades importantes no Brasil e no exterior. Trata-se de matéria inédita de pesquisa, que revela a trajetória humana e profissional de Roberto Burle Marx no período de 1940 a 1990.

Vania Bartalini, em Fundamentos, assina o artigo *Natureza, espaço e paisagem como construções humanas*, trazendo uma reflexão sobre a atribuição de sentidos dada a essas categorias – como construções historicamente delineadas – a partir de uma visão fenomenológica que tem sua base na experiência direta, na qual a paisagem pode ser apreendida como “mediação” entre natureza e humano.

Na seção Ensino e Pesquisa, Hulda Wehmann tece digressões teóricas no campo do Paisagismo, tendo como base um ensaio propositivo para um futuro parque em região periférica da cidade de São Paulo. Seu artigo, *Entre sonhos e cotidianos: divagações teóricas para uma proposta de parque no cotidiano da Brasilândia*, discute uma estratégia socioambiental e paisagística para garantir o enraizamento dessa área verde como espaço físico e simbólico.



Espaço de convivência executado por iniciativa dos moradores em local previamente ocupado como depósito de lixo no bairro Jardim Elisa Maria do distrito de Brasilândia na cidade de São Paulo. Foto: Laura Reily, mai. 2017.

A seguir, na seção Espaços Livres, Claudione Fernandes de Medeiros e Sonia Afonso apresentam o artigo *Espaços livres públicos: utilização de infraestrutura verde para otimizar a drenagem urbana nos centros históricos tombados*. Tendo como base a temática do impacto das mudanças climáticas no ambiente urbano, discutem o fenômeno como ameaça ao patrimônio cultural, sendo o estudo de caso a cidade de Laguna em Santa Catarina (SC). As autoras argumentam sobre o sentido da adoção de práticas contemporâneas de infraestrutura verde, em sua abordagem sistêmica de espaços livres, para o enfrentamento eficaz de enxurradas, alagamentos e valorização da paisagem. Na mesma seção, Luciana Oliveira e Maria Augusta Justi Pisani, discutem as relações entre as esferas pública e privada na proposição e gestão dos espaços livres de uso coletivo, analisando impactos e contribuições dessas iniciativas para a paisagem e qualidade de vida dos cidadãos. Seu artigo, *Espaços públicos de*

propriedade privada: os POPs de Nova York, tem como referência os Privately Owned Public Spaces viabilizados pelo sistema de bonificação utilizado em parcerias realizadas na cidade de Nova York.

O artigo *Diagnóstico do sistema de gestão dos Parques Naturais Municipais do norte do Rio Grande do Sul*, na seção Ambiente, é assinado por Carmem Fátima Casanova, Adalberto Pandolfo, Natalia Hauenstein Eckert, Ritielli Barticelli, Naira Barbacovi, Marcele Salles Martins e Aline Pimentel Gomes. O texto baseia-se em pesquisa para avaliação do sistema de gestão das Unidades de Conservação (UCs), no caso Parques Naturais Municipais, em região ao norte do estado do Rio Grande do Sul (RS). Tem como propósito, a partir do balanço dessa experiência, referenciar análises e prognósticos capazes de atuar de maneira mais eficaz na preservação de áreas protegidas daquele estado. Na mesma seção, Rubens Amaral, Stäel de Alvarenga Pereira Costa e Maria Rita Scotti Muzzi apresentam o artigo *O sequestro de carbono em trechos da floresta urbana de Belo Horizonte: por um sistema de espaços livres mais eficiente no provimento de serviços ecossistêmicos urbanos*. Trata-se de um trabalho que parte de análises com parâmetros técnicos da ecologia de restauração e das escolas de morfologia urbana para estudar a provisão dos serviços ecossistêmicos prestados pelas chamadas florestas urbanas, especificamente no tocante ao sequestro de carbono. O trabalho, realizado em trechos de floresta urbana no Parque Municipal das Mangabeiras, entre outros espaços livres da cidade de Belo Horizonte, visa à contribuição para a formulação de diretrizes paisagísticas capazes de orientar a melhoria da prestação de tais serviços ecossistêmicos em trechos distintos de florestas urbanas.

Na seção Paisagem Urbana, o artigo *Antropologia da Villa Grimaldi: espaço público e pluralidade de simbolismos na paisagem urbana chilena*, de autoria de Marcos Pereira Diligenti e Maria Alice Medeiros Dias, discorre sobre os contraditórios usos da Villa Grimaldi, espaço público na Região Metropolitana de Santiago do Chile, ao longo de sua história recente: de lugar de encontro de artistas e intelectuais a centro de detenção e tortura sob o regime militar, até a sua configuração atual de praça com memorial em homenagem às pessoas que resistiram à ditadura chilena. Utilizando métodos e técnicas diversos os autores refletem sobre a sua conformação paisagística, sua inserção questionável na cidade e seus significados real e simbólico. Ainda nessa seção, o artigo *Paisagem urbana e imaginabilidade ao longo do eixo monumental da avenida Presidente Vargas, Rio de Janeiro*, dos autores Adilson de Souza Moreira, Ayrton Portilho Bueno e Alina Gonçalves Santiago, tem por objeto os espaços livres públicos e edificações mais relevantes ao longo da avenida Presidente Vargas, na área central do Rio de Janeiro, e como objetivo discutir aspectos históricos de sua construção e aspectos relativos aos espaços culturais tidos como mais importantes e de grande impacto imagético na conformação da paisagem urbana.

Em Planejamento Urbano, Matheus Maramaldo Andrade Silva, Flaviana Barreto Lira e Glauco de Paula Coccoza apresentam o texto *O nem sempre conveniente verde: estudos preliminares de conceituação e tipificação de fitopatologias urbanas em espa-*

ços *públicos*, no qual discutem a possível ‘inconveniência’ dos elementos vegetais no ambiente urbano a partir da constatação de fitopatologias capazes de causar prejuízos ao cotidiano. O artigo tem como propósito a criação de tipos de análise e produção de ferramenta preliminar de detecção desses problemas – atinentes ao uso da vegetação urbana – a partir de levantamento de uma superquadra na cidade de Brasília.

Finalizando esta edição, na seção Pesquisa o texto *Córregos ocultos na cidade de São Paulo: córrego Tiburtino na Lapa*, de Murillo Aggio Piazzì, discorre sobre uma temática que tem ganhado força nos últimos 20 anos de pesquisas acadêmicas em São Paulo e outras cidades brasileiras: o ocultamento de cursos d’água nos processos de urbanização que se dão à revelia do entendimento e da acomodação dos sistemas naturais. O autor discorre sobre o córrego Tiburtino, localizado no bairro da Lapa, na cidade de São Paulo, utilizando-se de vários recursos investigativos que chegam à detecção de uma rede de cursos d’água que conformam a bacia hidrográfica completamente oculta do córrego objeto da pesquisa.

A revista **Paisagem e Ambiente** expressa seus agradecimentos a todos os que contribuíram para esta edição e registra que o apoio do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo – SIBiUSP – tem sido fundamental para a consecução dos nossos trabalhos.

Boa leitura a todos(as),
Catharina P. C. Santos Lima
Editora